

Os sentidos do trabalho na perspectiva dos alunos e professores dos cursos técnicos integrado e subsequente da rede estadual de ensino

The meanings of work from the perspective of students and teachers of integrated and subsequent technical courses of the state education network

Marilene Veiga da Silva¹, Beatriz Gonçalves Brasileiro²

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi analisar os sentidos do trabalho a partir da perspectiva dos professores e jovens que ingressam nos cursos técnicos de Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, levando-se em conta seus anseios, suas inquietações, suas expectativas e vivências com o mundo do trabalho. Como marco teórico, esta investigação abordou pesquisas sobre o sentido do trabalho, observando como ele é significado segundo diferentes categorias de trabalhadores e/ou diferentes contextos sociais. Metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e coleta de dados por meio de questionários. Entre os sujeitos da pesquisa, encontram-se os docentes e alunos de duas escolas estaduais do município de Ubá (MG). A coleta de dados realizada por meio da aplicação de questionários aos estudantes e professores. A pesquisa contou com a participação de 33 alunos e 8 professores e os resultados mostraram que os sentidos do trabalho, para professores possuem uma ambiguidade em relação aos conceitos mundo e mercado de trabalho, e que a maioria não conhece as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e entre os estudantes, esses sentidos se veem mesclados com outras preocupações, como mercado de trabalho, emprego, profissão, dentre outros, revelando um universo de preocupações, expectativas e, mesmo, angústias, que fazem parte da formação dos estudantes frente ao universo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Juventude; Educação profissional.

ABSTRACT: The objective of this research was to analyze the meanings of work from the perspective of teachers and young people who enter the technical high school courses of the Minas Gerais State Education Network, taking into account their desires, concerns, expectations and experiences. with the world of work. As a theoretical framework, this investigation addressed research on the meaning of work, observing how it is meant according to different categories of workers and/or different social contexts. Methodologically, a qualitative research approach was developed, using bibliographical research and data collection through questionnaires. Among the research subjects are teachers and students from two state schools in the city of Ubá (MG). Data collection was carried out through the application of questionnaires to students and teachers. The research involved the participation of 33 students and 8 teachers and the results showed that the meanings of work, for teachers, have an ambiguity in relation to the concepts of the world and the job market, and that the majority do not know the conceptual bases of Professional Education and Technological (EPT), and among students, these meanings are mixed with other concerns, such as the job market, employment, profession, among others, revealing a universe of concerns, expectations and even anxieties, which are part of the formation of students. students facing the world of work.

¹Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba, mestra em Educação Profissional e Tecnológica e analista educacional. <https://orcid.org/0009-0006-1758-2598>, E-mail: marileneprofept@gmail.com.

² Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - Campus Muriaé, doutora em Fitotecnia e professora do PROFEPT. <https://orcid.org/0000-0002-1543-2346>, beatriz.brasileiro@ifsudestemg.edu.br

KEYWORDS: Job; Youth; Professional education.

INTRODUÇÃO

O trabalho nasce quando o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades materiais, sociais e de subsistência. No sentido ontológico, é impossível a sobrevivência do homem sem a relação trabalho e natureza. O sentido histórico do trabalho vem explicar a forma como isso acontece através do tempo de acordo com as mudanças que acontecem na sociedade. O trabalho assume formas específicas de acordo com os modos de produção da existência.

Ao longo do tempo, o trabalho foi sofrendo transformações. Segundo Saviani (2007), nas comunidades primitivas, os homens se apropriavam dos meios de produção da existência, se educavam e educavam as novas gerações. Não havia divisão de classes. Neste sentido, trabalho e educação faziam parte de um mesmo processo. Com o desenvolvimento da produção e a apropriação privada da terra pelos proprietários, aconteceu a divisão de classes e da educação.

Para analisar o trabalho como princípio educativo é necessário aprofundar em outros conceitos, tais como o da relação mundo trabalho e educação, dualidade educacional e a tríade capitalismo, trabalho e educação, e os demais conceitos que permeiam esta relação.

Desde suas origens, a escola sempre foi colocada do lado do trabalho intelectual para a formação de uma elite dirigente enquanto a formação do trabalhador se dava no exercício de suas funções. Com o surgimento do capitalismo, a relação trabalho e educação sofre mudanças bastante significativas. Portanto, a escola é uma instituição social que dialoga com seu tempo, buscando acompanhar o dinamismo de seus atores e da sociedade em que está inserida. Os dilemas das juventudes atuais se diferenciam daqueles das realidades juvenis de outros tempos, e isso ocorre porque as configurações e relações familiares mudaram, as tecnologias da informação e da comunicação trouxeram alterações no modo como os jovens se veem, relacionam e comunicam, e as formas e relações de trabalho foram atualizadas. No espaço escolar, a dinamicidade das juventudes ganha visibilidade, pois nele se promove o encontro de culturas, necessidades e anseios. Portanto é importante, para além da formação técnico profissional, conhecer as experiências e os sentidos atribuídos pelos jovens ao trabalho, suas trajetórias de escolaridade e suas expectativas de futuro.

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária e do outro, há diferentes construções históricas relacionadas a esse tempo ou ciclo da vida. A

entrada na juventude se faz pela fase da adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social.

O mundo do trabalho é um conjunto de relações que nascem a partir da atividade humana de trabalho, ocupando um lugar importante na sociedade, pois reúne a maior parte da atividade humana, abrange conceitos relacionados ao trabalho, como mercado, relações de trabalho, vínculo empregatício, cultura organizacional, salário e legislação trabalhista.

É nesse contexto que foi realizada esta pesquisa com o objetivo de analisar os sentidos do trabalho na percepção dos alunos e professores do curso técnico, no modelo de ensino concomitante/subsequente e integrado com o ensino médio, no âmbito da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais e como o tema “trabalho” exerce influência sobre a vida desses jovens e suas escolhas.

OS SENTIDOS DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O sentido do trabalho é uma questão complexa, que pode ser desdobrada em outras, como formação para o trabalho, formação profissional e mercado de trabalho. Desse modo, tomamos o sentido do trabalho como a representação de determinada atividade profissional e também como o conjunto de questões que envolvem o funcionamento do mundo do trabalho, desde a formação de alunos dos cursos técnicos-profissionalizantes até o próprio mercado do trabalho.

Essa dificuldade de se estabelecer o sentido do trabalho como um tema de estudo pode ser sintetizada por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010). Segundo esses autores, as pesquisas sobre o tema tendem a ser inter ou multidisciplinares, sendo difícil definir ao certo o que é o sentido do trabalho, assim como delimitar o que será estudado (mercado de trabalho, funcionamento das organizações/empresas, formação para o trabalho, políticas de geração de emprego, trabalho como direito social etc.) dentro desse tema.

Além da dificuldade de se delimitar o tema e de compreender o que será abrangido por ele, diversos autores, como Antunes (2009, 2011), Bernal-Torres; Peralta-Gómez; Thoene (2020), Silveira *et al.*, (2020), nos mostram que a maneira como o trabalho é representado sofre influências da sociedade, a qual liga a atividade profissional do indivíduo a uma justificativa (por que trabalhar?), a um sentimento de bem-estar e segurança, ou a um prestígio social.

A partir desses autores, entendemos, então, que o trabalho pode ser uma atividade compulsória (obrigatoriedade do trabalho), que, no entanto, dota o indivíduo de uma segurança e/ou de um prestígio social. Essas qualidades também colaboram para tornar o trabalho uma fonte de preocupações e angústias, na medida em que o indivíduo pode ter preocupações, por exemplo, a

respeito de sua inserção nesse mercado, ou de sua ascensão econômica, por via de um trabalho mais qualificado, ou prestigiado socialmente.

Essas questões, por sua vez, nos mostram que o trabalho é central na sociedade sendo uma preocupação tanto daqueles indivíduos já inseridos no mercado, quanto daqueles que buscam uma formação profissional para ingressar ou melhorar sua posição nesse universo (Pereira; Paiva; Irigaray, 2021). Além dessa centralidade, é importante considerar, como nos lembram Ferraz e Fernandes (2019), que, embora a relação entre trabalho e capital seja inevitável, já que nosso modelo de sociedade é capitalista, há outras maneiras de depreender esse sentido do trabalho que não envolvem, necessariamente, o capital, ainda que sejam influenciadas por ele.

Ao abordar o sentido do trabalho entre professores, Faria (2022), nos mostra que o trabalho pode ser interpretado de várias maneiras, segundo percepções individuais e representações sociais, as quais são discursos que versam sobre o valor do trabalho na sociedade. Assim, segundo a autora, o trabalho pode significar sofrimento (o trabalho como fonte de angústia, insatisfação e adoecimento), vocação (sentimento de missão com que o trabalho é encarado), autoidentificação (ser professor, ser médico, ser vendedor etc.), necessidade (trabalhar por obrigação, garantir a sobrevivência), dentre outras. Isto mostra que não há um sentido do trabalho, mas que esse sentido varia conforme as vivências dos indivíduos. No caso de alunos de cursos técnicos-profissionalizantes, entendemos que esse sentido se constrói a partir de um conjunto de expectativas, que são baseadas tanto nas experiências anteriores ou atuais, de alunos que já trabalharam ou que trabalham e estudam, quanto naquilo que eles esperam em relação ao trabalho que virão a exercer depois de formados em determinados cursos.

O trabalho sempre esteve presente na vida dos seres humanos e definir o seu sentido, ou sentidos, não é uma tarefa fácil. Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) ressaltam que o sentido do trabalho é difícil de ser estabelecido e que pode parecer semelhante a uma tentativa de responder à pergunta “qual é o significado da vida?” De maneira geral, o sentido do trabalho envolve tanto a maneira como o indivíduo o representa quanto os valores que se atribui a sua atividade laboral. À vista disso, esse sentido se estabelece em uma relação entre o individual e o coletivo (Faria, 2022).

Na visão de Faria (2022), o sentido do trabalho mostra como a sociedade projeta representações a respeito da atividade laboral do homem, dotando esse fazer de uma justificativa, de uma razão, de um prestígio social, ou de uma relação com o bem-estar do indivíduo.

Antunes (2009) relaciona o sentido do trabalho ao sentido da vida, afirmando que uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre, de modo que “uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia

de sentido fora do trabalho” (Antunes, 2009, p. 173). Para o autor, se o trabalho for autodeterminado, autônomo e livre, será dotado de sentido ao possibilitar o uso autônomo do tempo livre que o ser social necessita para se humanizar e se emancipar.

Podemos observar, nas colocações de Antunes (2009), que o trabalho não é o único elemento da vida para o qual se busca sentido, nem é o único elemento pelo qual se vive. De modo que se pressupõe, que o trabalho não pode ser a única meta formativa da educação, mesmo que seja a educação profissional e tecnológica, já que o objetivo dessa modalidade educacional não é canalizar o indivíduo para uma única visão de mundo, a qual teria o trabalho e a sobrevivência, ou o mercado de trabalho, como único foco. Essa questão é objeto de crítica de vários educadores, que questionam a maneira como a sociedade capitalista se apropria da educação direcionando seus objetivos para um contexto econômico de produção de riquezas, ignorando o indivíduo que será responsável por esse processo. Processo no qual o trabalho tende a ser hiper significado, como um sentido único e necessário para a vida, conforme se poderá depreender na seção seguinte.

OS SENTIDOS DO TRABALHO SOB A ÓTICA DOS EDUCADORES

A origem da educação coincide com a origem do homem e a relação trabalho e educação é uma relação de identidade. Ramos (2017), coloca que o sentido histórico do trabalho nos remete a sua forma hegemônica de produção capitalista, que é o trabalho assalariado, regulamentado por um contrato e que se expressa no emprego. O trabalho humano, assim como o do animal, implica em dispêndio de energia, mas vai além, já que é constituído pelo complexo movimento de se ter uma necessidade, reconhecer conscientemente essa necessidade, projetar um meio para satisfazê-la e agir para tal. Esse é o sentido ontológico do trabalho que forma uma unidade com o sentido histórico do trabalho.

Saviani (2007) faz um esboço sobre o trabalho como princípio educativo e, baseando-se na noção de escola unitária, de Gramsci, delinea o sistema de ensino brasileiro e coloca que essa escola corresponderia à Educação Básica (Fundamental e Médio) e que a base em que se assenta a estrutura do Ensino Fundamental é o princípio educativo do trabalho, ao passo que o papel do Ensino Médio deverá ser o de recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho.

É importante ressaltar que o trabalho, como princípio educativo, não pode ser reduzido a, apenas, uma atividade didática ou metodológica, já que, antes, ele é um princípio ético político. É, ao mesmo tempo, um direito e um dever. De acordo com Frigotto (2001), o trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres de natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. Assim, é

importante que, desde a infância, seja ensinado que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho deverá ser de todos, evitando criar indivíduos que explorem e vivam do trabalho do outro.

Portanto, pensar o trabalho como princípio educativo vai muito além do sentido de preparação de mão de obra, devendo existir uma preocupação social e política, que tenha como finalidade tornar esse trabalhador consciente de sua situação.

A forma como o trabalho foi se desenvolvendo e se complexificando na sociedade é chamada de processo histórico. Conforme vai modificando o modo de existência humana, mudam as formas pelas quais os homens existem. Nas comunidades primitivas, os homens, coletivamente, se apropriavam dos meios de produção da existência e, nesse processo, se educavam e educavam as novas gerações. Com a apropriação privada da terra, os proprietários conseguiram o controle dela e dos meios de produção, conseguindo, assim, a sobrevivência a partir da exploração do trabalho alheio, dos não-proprietários.

Neste modelo de organização social, em que uns se apropriavam dos meios de produção e viviam da exploração do trabalho do outro, uma parte da população dedicava-se ao trabalho, enquanto a outra parte vivia do ócio. Assim, surgiu a escola, na antiguidade, com o seu sentido original de lugar do ócio, em contraposição ao trabalho (Saviani, 2007).

A sociedade capitalista, cujo eixo passa a girar em torno da cidade, incorpora, na própria forma de organização, os códigos escritos, gerando a necessidade de que todos possam dominá-los. Decorre daí a proposta de universalização da escola e é sobre essa base que vão se estruturar os currículos escolares (Saviani, 2003).

Conforme Silva (2012), o currículo pode ser compreendido como a seleção dos conhecimentos e das práticas sociais historicamente acumulados, considerados relevantes em um dado contexto histórico e definidos tendo por base o projeto de sociedade e de formação humana que a ele se articula. O currículo, assim, se expressa por meio de uma proposta pedagógica definida coletivamente e na qual se explicitam as intenções de formação, bem como as práticas escolares que deseja realizar com vistas a dar materialidade a essa proposta.

Saviani (2007), acrescenta que a Revolução Industrial colocou a máquina como centro do processo produtivo, e da Revolução Educacional surgiu a escola como forma principal e dominante de educação. Neste processo, a escola se ligou ao mundo da produção e, assim, a educação que a burguesia realizou sobre a base do ensino primário, novamente, não passou da divisão dos homens em dois campos: das profissões manuais e das profissões intelectuais, manifestando-se na proposta dualista das escolas profissionais para os trabalhadores e as escolas de ciências e humanidades para os futuros dirigentes.

Diante dessa situação, os trabalhadores não podem ser expropriados de seus conhecimentos, porque, sem esses conhecimentos, não conseguem agregar valor ao capital, através do seu trabalho. Assim, a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos para distribuir de forma parcelada esse conhecimento aos trabalhadores, sendo o taylorismo a expressão dessa tradição.

Conforme Frigotto (2005), a ênfase dada à educação básica desde os anos de 1950, começou a se desenvolver a partir da teoria do capital humano e, mais recentemente, a partir da década de 1980, as noções da sociedade do conhecimento, pedagogia das competências e empregabilidade passaram a nortear a educação. Desse modo, quanto mais regressivo e desigual o capitalismo, mais ênfase é dada ao papel da educação, ênfase marcada pelo viés economicista, fragmentário e tecnicista.

Nesse contexto é que se delimita a concepção de educação profissional no capitalismo, com a fragmentação do trabalho em especialidades autônomas, implicando, assim, a divisão entre os que concebem e controlam o trabalho dos que o executam. O Ensino Médio no Brasil vem se constituindo nessa dualidade: preparar para a continuidade dos estudos e, ao mesmo tempo, para o mundo do trabalho.

Por essa razão, é preciso pensar em uma educação que não se limite ao imediatismo, ao pragmatismo e ao utilitarismo. As políticas públicas precisam realmente projetar um Ensino Médio que atenda verdadeiramente aos anseios e necessidades de todos os cidadãos, no sentido da universalização com qualidade. E de uma educação profissional que supere o imediatismo do mercado, fazendo com que o conhecimento seja um instrumento de emancipação e não um doutrinação dos trabalhadores.

Frigotto (2001), considera a educação profissional em um enfoque mais amplo, de certo modo, criticando o oportunismo da sociedade capitalista em promover uma educação tecnicista, pouco emancipadora e voltada para a formação de mão de obra e para a manutenção dos meios de produção. Ele defende a ideia de uma educação ampla, omnilateral, voltada para a formação cidadã, com consciência crítica e, ao mesmo tempo, para uma sociedade comprometida com valores, inclusive valores econômicos e ambientais, atuais, como o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da democracia no Estado e na sociedade em geral.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2001), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o

que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os participantes da pesquisa foram os estudantes e professores do 2º período do curso profissionalizante de Administração, modalidade subsequente, da Escola Estadual Raul Soares, e os estudantes e professores do 1º ano do curso de Logística da EE Senador Levindo Coelho. Ambas localizadas no município de Ubá (MG).

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários que foram impressos e aplicados de forma presencial, em data e horário acordados previamente com a gestão da escola.

Os dados quantitativos foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva, no programa Excel, permitindo a análise interpretativa com base no referencial teórico da pesquisa e definidos conforme seus objetivos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) do IF Sudeste MG, com número CAAE 55306422.3.0000.5588.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA VISÃO DOS DOCENTES

A pesquisa com os docentes ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2022. Do total de 15 docentes, 8 responderam ao questionário.

A faixa etária dos docentes variou entre 40 e 45 anos de idade (38,5%), seguido por 23,1%, entre 30 e 35 anos, e 15,4%, entre 35 a 39 anos. Esses dados corroboram com os resultados encontrados pelo Censo escolar 2022 (Brasil/Ministério da Educação/INEP, 2023), no qual foi observado que, na distribuição dos docentes por idade, a maior concentração estava nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos, respectivamente.

Todos os docentes participantes da pesquisa possuíam mais de 5 anos de atuação na Rede Estadual de Ensino. Já em relação ao tempo de atuação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), verificou-se que 53,8% dos docentes participantes da pesquisa tinham entre 3 e 5 anos de atuação, 15,4% acima de 5 anos e o restante menos de 3 anos de atuação na EPT.

Quanto a titulação, verificou-se que 69% dos docentes possuíam especialização, 23% apenas curso de graduação e apenas 8% possuíam título de mestre, o que nos mostra que a maioria ainda busca se aprimorar na carreira. Esses dados podem estar relacionados a uma das metas destacadas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) em relação à pós-graduação e à formação continuada dos docentes da Educação Básica. A Meta 16 do PNE/2014-2024 busca formar, em

nível de pós-graduação, 50% dos professores de educação básica até o último ano de vigência do Plano e garantir a todos os profissionais da Educação Básica a formação continuada em sua área de atuação (Brasil, 2014). De acordo com o Resumo técnico, do censo escolar 2022, os percentuais de docentes da Educação Básica com pós-graduação e formação continuada têm aumentado gradativamente ao longo dos últimos cinco anos, subindo de 37,2% em 2018 para 47% em 2022. O percentual de docentes com formação continuada também apresentou elevação, saindo de 36% em 2018, para 40,5% em 2022 (Brasil/Ministério da Educação/INEP, 2023, p. 48).

O Documento Orientador Educação Profissional no Estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 2021) estabelece como finalidade dos cursos técnicos proporcionar aos estudantes conhecimentos, competências e saberes necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais, articulando com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura, propiciando, simultaneamente, a elevação dos níveis de escolaridade e contribuindo para profissionalização de jovens e adultos com vistas à inserção no mundo do trabalho e atendendo às demandas das comunidades, territórios e dos arranjos produtivos locais.

Quando convidados a refletir sobre os objetivos da formação, percebemos que 38% dos docentes escolheram a opção “Formação de qualidade que desenvolva as várias dimensões dos alunos para que possam ingressar no mundo do trabalho ou dar prosseguimento aos estudos de forma ativa e autônoma, objetivando dar sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade em favor do bem coletivo”, seguido por 23,08% que escolheu a opção “Formação de qualidade que proporcione aos alunos o desenvolvimento integral de suas capacidades, para ingressarem no mundo do trabalho ou dar prosseguimento aos estudos, como escolherem”, conforme mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Objetivos da formação profissional segundo os docentes participantes da pesquisa.

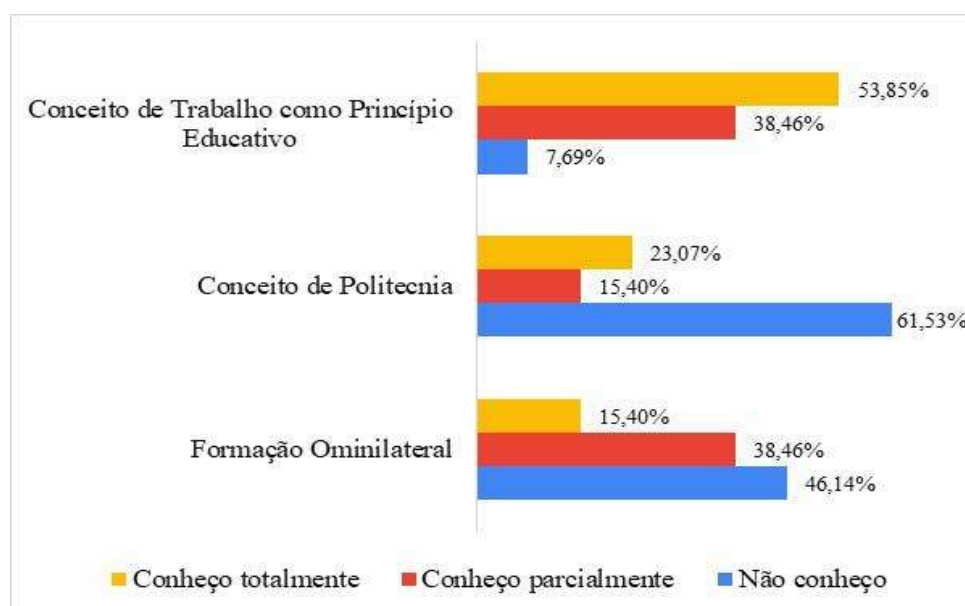


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando o Gráfico 1, percebe-se que os docentes entendem que a formação na educação profissional deve ter como objetivo formar estudantes numa visão crítica e emancipadora, entendendo que uma formação plena vai além do domínio de conhecimento específico ou do contexto profissionalizante em que se aplica. Esse posicionamento concorda com a visão de formação integral, discutida por Frigotto (2001, 2005), Saviani (2003, 2007), Moura (2010), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2014), Kuenzer (2017) e Ciavatta (2019). Entretanto, quando 23,08% desses docentes escolhem a opção “Formação de trabalhadores qualificados para atenderem as demandas do mercado de trabalho e assim dar contribuição na sociedade e na economia” e 15,38% “Formação de profissionais altamente qualificados e capazes de prosseguirem nos estudos e futuramente entrar no mercado de trabalho aplicando os conhecimentos adquiridos ao longo da vida e dar sua contribuição na sociedade e na economia”, percebe-se que a visão desses docentes e gestores ainda está voltada para uma formação que atende apenas aos interesses do mercado de trabalho, como preveem Frigotto (2001), Lima; Santos e Silva (2015) e Kuenzer (2017).

Sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os docentes avaliaram os conceitos de omnilateralidade e politecnia, sendo possível perceber que 41,14% e 61,53%, respectivamente, não conhecem esses conceitos. O conceito de trabalho como princípio educativo, foi reconhecido por 53,85% dos docentes e 38,46% conhecem parcialmente esse conceito (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Conhecimento acerca das bases conceituais da EPT, segundo os docentes participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nas últimas décadas, vivenciou-se, na educação, uma intervenção economicista dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), ONGs, entre outros, que direcionam o que deve ser trabalhado nas salas de aula, a fim de manter a hegemonia da lógica do capital (Cruz, 2003, Mészáros, 2008).

Os dados encontrados em relação aos conceitos podem ser melhor compreendidos se levarmos em consideração que o Estado de Minas Gerais possui parceria público-privada com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e que este tem como princípios: o Protagonismo dos estudantes; os Quatro Pilares da Educação (conhecer, fazer, conviver e ser); a Pedagogia da Presença; e a Educação Interdimensional (ICE, 2021, Moraes; Monteiro; Henrique, 2022).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES

A pesquisa contou com a participação de 33 estudantes do curso técnico, sendo 6 estudantes do 3º período do Curso Técnico em Administração, que funcionava no período noturno de forma concomitante e subsequente e 27 estudantes do 1º período do Curso Integral de Logística. É importante ressaltar que a turma de Administração concomitante e subsequente contava com apenas 6 alunos e todos participaram da pesquisa. A turma de Logística Integral possuía 32 alunos matriculados, sendo que 27 concordaram em participar da pesquisa.

Quando perguntados se já estavam trabalhando, quase 30% dos jovens possuía algum tipo de ocupação. De acordo com estes dados, é possível perceber que o trabalho faz parte da vida de alguns jovens, que desde muito cedo precisam ajudar na complementação da renda familiar. Esses dados divergem da pesquisa de Marcassa e Conde (2017), que investigaram jovens estudantes que viviam em um território de precariedade Social em Florianópolis, onde 69,2% dos jovens pesquisados estudavam e trabalhavam e que 33,7% começaram a trabalhar antes dos 16 anos, mas convergem quando as autoras colocam que as ocupações são predominantemente informais, simples, precárias e com baixa remuneração. Este fato mostra que o trabalho pode ter, para esses jovens, um sentido de precarização e de insegurança (Antunes, 2011), comprometendo seu *status*, ou sua ascensão social (Bernal-Torres; Peralta-Gómez; Thoene, 2020, Faria, 2022).

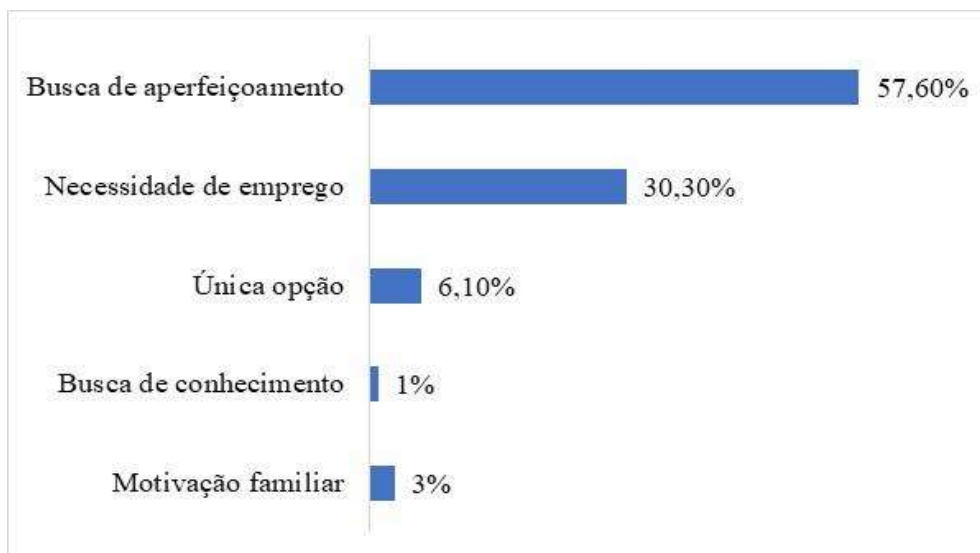
Sobre os motivos que levaram os alunos participantes da pesquisa a buscarem um curso técnico (Gráfico 3), é possível perceber que a busca pelo aperfeiçoamento foi a opção mais escolhida (57,60%), seguida pela necessidade de emprego (30,30%), apontando, assim, que para 87,90% dos estudantes a importância da formação/aperfeiçoamento profissional para a inserção no

mundo do trabalho. Sugerindo, ainda, a percepção da centralidade do trabalho para estes estudantes (Antunes, 2009, Pereira; Paiva; Irigaray, 2021).

Esse resultado também foi encontrado na pesquisa de Marcassa e Conde (2017), em que 57% dos jovens buscavam na escola “adquirir conhecimentos” e 30% necessidade de emprego para melhorar seu futuro e o da família, indicando, assim, que esses jovens atribuem à escola o sentido de realização pessoal, projeção econômica e ascensão social, ainda que a instituição de ensino não seja capaz de realizar essa integração com o trabalho, devido ao quadro geral de desemprego estrutural existente no Brasil, conforme já apontado por autores, como Ribeiro (2000) e Cardoso (2008).

Portanto, essa busca por cursos profissionalizantes como forma de qualificação e/ou aperfeiçoamento, ainda no Ensino Médio, se relaciona com a crise mais ampla do trabalho assalariado, mostrando como a relação trabalho e salário não pode ser desconsiderada nessa dinâmica (Antunes, 2011, Ferraz; Fernandes, 2019), e com algumas das respostas mais comuns para enfrentá-la, em que a ideologia da interiorização do fracasso ganha força e que os jovens são responsáveis pelo seu sucesso e fracasso.

Gráfico 3 - Motivação para a busca de um curso técnico, segundo os estudantes participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quando perguntados sobre os planos após a conclusão do curso, 66,7% dos estudantes responderam que pretendem, ao terminar o curso, ingressar no mundo do trabalho e continuar estudando, o que reflete muito a realidade dos estudantes do Ensino Médio profissional. De maneira geral, muitos estudantes buscam, na Educação Profissional, oportunidades mais imediatas.

Entretanto, 9,1% dos entrevistados não demonstram interesse em dar prosseguimento aos estudos, pretendendo ingressar no mundo do trabalho, conforme mostrado no Gráfico 4.

Esses dados, a nosso ver, refletem certo adestramento da formação profissionalizante, tal como mencionado por Frigotto (2001). Isto nos remete a um certo conformismo em relação um contexto no qual o trabalho é colocado como elemento central e centralizante em detrimento de outros, que não são considerados em uma sociedade capitalista (Antunes, 2009, Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, Pereira; Paiva; Irigaray, 2021).

Por outro lado, segundo Ramos (2008, p. 12), “a juventude brasileira proveniente da classe trabalhadora não pode adiar para depois da educação básica ou do ensino superior o ingresso na atividade econômica.”

Gráfico 4- Planos dos estudantes participantes da pesquisa, após término do curso.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

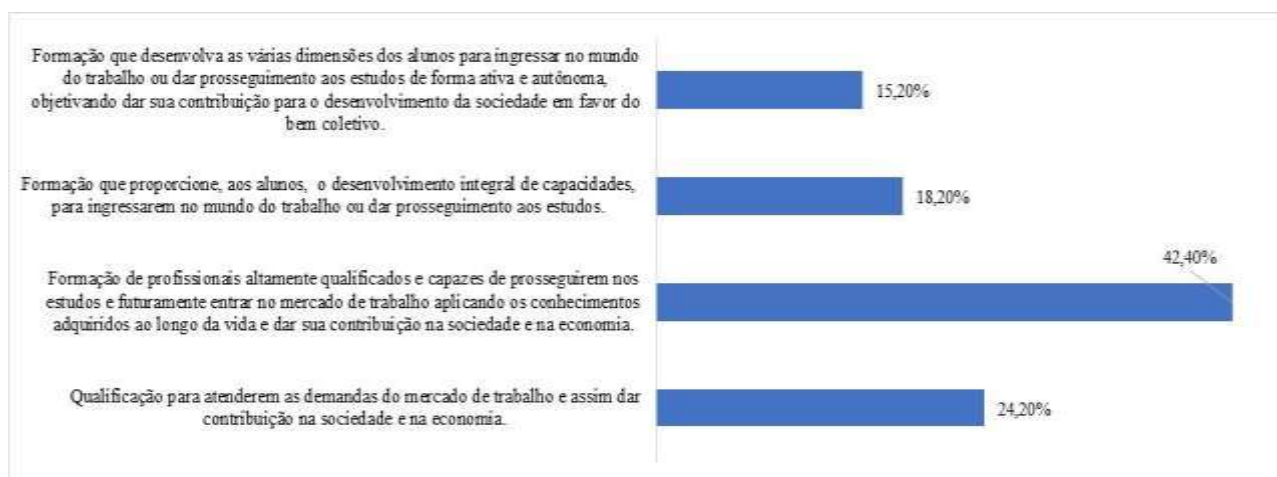
Assim, o resultado da pesquisa vem ao encontro dessa constatação, já que, para a maioria dos jovens pesquisados, o trabalho é necessário para que possam dar continuidade aos seus estudos, de modo a se estabelecer uma espécie de circuito fechado no qual o único meio de acesso aos estudos é o trabalho. Trabalho este que, por sua vez, garantirá o ingresso no próprio mundo do trabalho. Podemos dizer, nesse caso, que, para boa parte da juventude, a escola e o trabalho são realidades combinadas e cotidianas, sugerindo que o trabalho divide a centralidade de sua importância com a dos estudos.

É importante lembrar também que este interesse pelo mundo do trabalho pode ser motivado por diversos fatores, levando em consideração os objetivos do aluno, sua formação familiar, sua

realidade financeira, entre outros fatores, mostrando como o trabalho, para esses alunos, pode ter diferentes justificativas, que lhes dão diferentes sentidos e motivações para buscá-lo (Antunes, 2009, 2011, Bernal-Torres; Peralta-Gómez; Thoene, 2020, Silveira *et al.*, 2020).

Para tentar compreender se os jovens pesquisados entendem a sua formação, foram propostas 4 opções para que escolhessem qual o objetivo principal da Educação Profissional, cujos resultados podem ser visualizados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Objetivo da formação, segundo os estudantes participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, ao longo da história da educação passou por diversas discontinuidades e sempre promovendo a dualidade estrutural, separando a formação geral da formação profissional. Nesse contexto, a proposta de formação geral era voltada para atender a elite e dar a esta o acesso ao ensino superior e a educação profissional, para os mais pobres, atendendo a necessidade do capitalismo, formando mão de obra para o mercado, conforme observamos em autores como Escott e Moraes (2012), Vieira; Souza Junior (2016), Moura (2010), Frigotto; Ramos; Ciavatta (2005), Ramos (2014), Ferretti (2018).

Kuenzer (2005) esclarece que o Ensino Médio se destaca dos demais por ser o nível mais difícil de enfrentamento ao longo da história da educação brasileira, em decorrência da dupla função: preparar para a continuidade de estudos e, ao mesmo tempo, para o mundo do trabalho. De acordo com Frigotto (2003, p. 26), na perspectiva das classes dominantes, a educação, sobretudo, das massas dos trabalhadores, deve enfatizar e objetivar a, habilitação técnica-social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

Ao analisar o entendimento dos estudantes em relação ao objetivo da formação profissional, percebe-se que 42,40% e 24,20% entendem a sua formação nessa perspectiva da classe dominante, visando o atendimento ao mercado de trabalho, entendendo, assim, a apropriação do trabalho para o atendimento das necessidades de acumulação do capital, que se dá em benefício de uma minoria. É importante destacar que, 18,20% e 15,20% entendem que o objetivo da formação profissional é mais amplo, levando em consideração a formação integral do sujeito, formação essa que habilite esse estudante para se inserir no mundo do trabalho e que o prepare, ao mesmo tempo, para a continuidade dos estudos, se assim o desejar (Gráfico 5). A mesma pergunta foi respondida pelos docentes e gestores, e o resultado foi inverso ao dos estudantes, quando a maioria entende o objetivo da educação profissional no sentido de formação para o mundo do trabalho (Gráfico 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade em que vivemos é marcada por práticas sociais excludentes e por uma educação escolar tradicionalmente assentada na dominação e no controle sobre os indivíduos, privilegiando práticas que levam a adaptação dos sujeitos.

Dois aspectos, então, podem ser levantados nesta pesquisa. Primeiramente, observamos que a educação profissional não se baseia em anseios sociais, necessariamente, mas em anseios de uma parcela da sociedade que se volta para a ênfase na economia e na produção, com forte demanda por mão de obra. Em segundo lugar, observamos que os sentidos do trabalho, entre os estudantes, se veem mesclados com outras preocupações como mercado de trabalho, emprego, profissão, dentre outros, revelando um universo de preocupações, expectativas e, mesmo, angústias.

Cabe lembrar que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se coloca como um caminho, ou um encaminhamento para essas questões. No entanto, este caminho se encontra fortemente influenciado por questões que não dizem respeito diretamente à educação, mas por ideologias de mercado, mercado esse que também depende da educação para o seu funcionamento.

Conhecer os sentidos do trabalho baseados nos anseios e expectativas dos estudantes e professores faz-se primordial para se repensar a proposta de EPT em uma perspectiva de educação voltada para a emancipação, onde professores conheçam e entendam as nuances que envolvem a modalidade em que atuam e assim possam ajudar a desenvolver nos estudantes a capacidade de reflexão e análise crítica das situações e contextos em que vivem, trabalhando sempre em uma visão ampla, nunca reduzindo essa formação em apenas uma qualificação técnica e instrucional.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 35-48.

BERNAL-TORRES, C. A., PERALTA-GÓMEZ, M. C.; THOENE, U. Street vendors in Bogotá, Colombia, and their meanings of informal work. **Cogent Psychology**, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339148580_Street_vendors_in_Bogota_Colombia_and_their_meanings_of_informal_work. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição extra, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p.569-616, 2008. Disponível: www.scielo.br/j/dados/a/jLz3X6MrmXFfFMfLH3B8bpx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 out. 2023.

ClAVATTA, M. Trabalho-Educação – Uma Unidade Epistemológica, Histórica e Educacional. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019. Disponível em <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CRUZ, R. E. da. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 19, n. 22, p. 51-75, 2003. Disponível em: www.scielo.br/j/er/a/gw3JyKR8QPYbDMz3YtSjJhR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 out. 2023.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 1492-1508.

FARIA, A. P. dos S. **Representações e (res)significações do “ser docente”**: conexões entre sentidos do trabalho, espaços e territórios na rede pública estadual de ensino de Belo Horizonte. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Unihorizontes, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://mestrado.unihorizontes.br/wp-content/uploads/2023/04/Arlene-Pereira-dos-Santos-Faria.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

FERRAZ, D. L. S.; FERNANDES, P. C. M. Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 165-184, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/159999/160708>. Acesso em: 09 out. 2023.

FERRETTI, C. J. A reforma do ensino médio: desafios à educação profissional. **Holos**, Natal, v. 4, p. 261-271, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6975>. Acesso em: 17 out. 2023.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: Bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ICE (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação). **Um novo jeito de ver, sentir e cuidar dos estudantes brasileiros**. 2021. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>. Acesso em: 20 out. 2023.

KUENZER, A. Z. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C. et al. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.331-354, abr.- jun., 2017.

LIMA, E. R. S.; SANTOS, J. M. C.; SILVA, L. L. S. Ensino médio e educação profissional: perspectivas no plano nacional de educação (2014-2024). **Revista da FAED**, Cáceres, v. 24, n.2, p. 63-78, jul./dez. 2015.

MARCASSA, L. P.; CONDE, S. F. Juventude, Trabalho e Escola em Territórios de Precaridade Social. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n.4, p. 1296-1313, out./dez. 2017.

MINAS GERAIS/Secretaria da Educação. **Documento orientador para a oferta de educação profissional**, versão 2021. Belo Horizonte: SEE, 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, J. K. C. de; MONTEIRO, L. de F.; HENRIQUE, A. L. S. A concepção de formação humana nos Cadernos de Formação do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). **Revista Práticas educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 4, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/7313>. Acesso em: 20 out. 2023.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p.58-79.

PEREIRA, J. R.; PAIVA, K. C. M.; IRIGARAY, H. A. R. “Trabalho sujo”, significado, sentido e identidade: proposição de análise integrada e perspectivas de pesquisas. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 829-841, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/w9gFhLjcvNrzs5kPr7hjZ4Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023,

RAMOS, M. N. Trabalho e formação profissional na Educação Profissional e Tecnológica. *In*: **YouTube**, 13 de dez. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gvanEtwJvAU>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino Médio Integrado. SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO, 1., 2008, Belém. **Anais...** Belém: Secretária de Educação do Pará, 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado_5.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBEIRO, S. Relação trabalho-escola: uma discussão sobre o papel social da escola na atualidade e perspectivas futuras. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 38-42, 2000. Disponível em: <https://www.periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/8/5>. Acesso em: 22 out. 2023.

ROSSO, B. D.; DEKAS, K. H.; WRZESNIEWSKI, A. On the meaning of work: a theoretical integration and review. **Research in Organizational Behavior**, n. 30, p. 91-127, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191308510000067>. Acesso em: 09 out. 2023.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152–180, 2007.

SAVIANI, D. O choque da politecnia. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 131-152, 2003.

SILVA, M. R. **Perspectivas curriculares contemporâneas**. Curitiba: IBPEX, 2012.

SILVEIRA, C. E. *et al.* Transformações na sociedade e no mercado de trabalho: a inserção do profissional de turismo no cenário pós-pandemia da Covid-19. **Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 106-130, 2020. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/6679/3348>. Acesso em: 09 out. 2023.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JÚNIOR, A. de. A educação profissional no Brasil. **Interacções**, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/article/view>. Acesso em: 17 out. 2023.